

A EDUCAÇÃO COMO APORTE DE SOCIALIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA: COMPREENDENDO AS RELAÇÕES DE PODER COMO SUBSÍDIO TEÓRICO NA CONFIGURAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS.

EDUCATION AS CONTRIBUTION OF SOCIALIZATION AND CONSTITUTION OF CITIZENSHIP: UNDERSTANDING THE RELATIONS OF POWER AS RENT THEORY IN EDUCATIONAL SETTING PROCEDURES.

Everton Bandeira Martins¹

Jorge Luiz da Cunha²

Derocina Alves Campos Sosa³

Recebido para publicação em 17/07/2009

Aceito para publicação em 01/08/2009

RESUMO

Neste texto discorreremos sobre o papel da Educação como fonte de difusão e produção do conhecimento na sociedade contemporânea, destacando os processos educativos. Ao longo do escrito defenderemos que cabe às diferentes práticas educacionais o objetivo das mudanças sociais nas diferentes estruturas organizacionais. Para tal, se faz indispensável refletirmos sobre o papel da Educação como práxis de socialização na constituição do senso de cidadania entre seus partícipes. Por isso, optamos por discutir a relação Conhecimento-Poder, sendo cabível nessa perspectiva a análise da configuração das redes de poder existentes na sociedade hodierna. Assim, partiremos do cruzamento das discussões, concatenando que na ordem mundial atual, existe certa mobilidade da população, porém, uma mobilidade controlada. Nesse aspecto emerge o conceito de cidadania, do qual trataremos. Escolhemos este caminho por acreditarmos que a cidadania pode ser alcançada por todos na teoria, mas na prática apenas alguns poucos conseguem romper com o *status quo*. Isso evidencia que os profissionais da área da Educação devem pautar suas atuações, focados não apenas nas práticas escolares, mas oferecendo subsídios aos diversos produtores de processos educativos. Destacaremos esses pensamentos com o objetivo de romper com a dicotomia cidadão, não cidadão, o qual não tem mais motivos para se apresentar. Por esse motivo se fez necessário abordar o papel dos processos educativos, no que se referem às discussões a respeito de práticas cotidianas. Assim, defenderemos que é só a partir dos processos educativos, e aí se incluem as práticas escolares, principalmente as do Ensino Básico obrigatório,

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS. E-mail: evertonufsm@yahoo.com.br

² Doutor em História Medieval e Moderna Contemporânea - Universität Hamburg, Alemanha. Professor titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS. E-mail: jlcunha@smail.ufsm.br

³ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS. E-mail: campos@sulmail.com.br

que existe uma maior possibilidade de afetar a atual realidade, na busca de rompimentos. Por fim, discorreremos sobre a Educação que é vista como um processo de humanização, que se dá ao longo de toda a vida, em sociedade, sendo, por isso, produto e produtora das complexas redes sociais, servindo tanto como legitimadora, quanto como catalisadora de mudanças.

Palavras-chave: Relações de poder. Processos educativos. Cidadania.

ABSTRACT

In this paper we will discuss the role of education as a source of production and dissemination of knowledge in contemporary society, emphasizing the educational processes. Along the written we are going to defend that, it fits the different education practices, the objective of the social changes in the different organizational structures. To this end, it is essential to think about the role of the Education as a practice of socialization in the constitution of the sense of citizenship among its participants. Therefore, we chose to discuss about the relation knowledge-power, being appropriate in this perspective the analysis of the configuration of existing networks of power in the present society. Thus, we will cross the discussions, concatenating that the current world order, there is some mobility of the population, however, a controlled motion. In this aspect emerges the concept of citizenship, which we are going to treat. We chose this way because we believe that citizenship can be achieved by everyone in theory, but in practice only a few manage to break with the quo status. So, showing up that professionals of Education must align their roles, focused not only on teaching practices, but offering subsidies to purchasers of educational processes. We are going to detach these thoughts in order to break the dichotomy citizen, non-citizen, which has no more reason to play. For this reason it was necessary to address the role of educational processes as they relate to discussions of everyday practices. Then, we are going to defend it is only on the educational processes, and they include school practices, especially basic education compulsory, there is a greater chance of affecting the current reality in the pursuit of disruptions. Finally, we are going to discuss the education which is seen as a humanizing process that occurs throughout life in society, and therefore product and producer of complex social networks, serving both as a legitimization as a catalyst for change

Keywords: Power relations. Education processes. Citizenship.

1. Introdução

Ponderaremos, neste trabalho, o papel da Educação como fonte de difusão e produção do conhecimento na sociedade contemporânea, dando destaque aos processos educativos. Ao longo do escrito buscaremos defender que cabe às diferentes práticas educacionais o objetivo das mudanças sociais nas diferentes estruturas organizacionais. Com essa perspectiva, demonstraremos que se não tivermos acesso ao conhecimento, se não democratizarmos a educação, não conseguiremos construir uma sociedade mais justa e mais igualitária. Por esse motivo, cabe discutirmos o processo de produção do conhecimento, pois conhecimento e poder estão intimamente ligados. Assim, compreendemos ser fundamental a análise das configurações das redes de poder existentes na sociedade hodierna.

Essa proposta se caracteriza na fundamentação filosófica da Educação, que manifesta a presença de valores constituídos pela interferência dos homens na sociedade. Assim, questões primordiais com relação ao ensino e à aprendizagem são postas, como o pensar a questão pela reflexão crítica, tendo em vista que não devemos considerar a desigualdade como natural. Tendo como ponto de partida esse viés, buscaremos argumentar que cabe aos diferentes participantes dos diversos processos educativos identificar e trabalhar a partir da construção do conhecimento. Defenderemos esse ponto de vista, pois os participantes dos processos educativos devem se perceber como agentes de seu meio.

Partiremos das contribuições de Veiga-Neto (2005), ponderando sobre a visão foucaultiana de poder, passando pela análise das discussões levantadas por Michael Hardt e Antonio Negri (2006), que

têm por objetivo analisar a atual organização das sociedades. Dessa forma, os autores discorrem sobre os diversos aspectos na busca de sua compreensão, debruçando-se sobre a atual conjuntura internacional no que tange à relação de poder. Tendo como base tais considerações, partiremos para a defesa de que é só a partir dos processos educativos, e aí se incluem as práticas escolares, principalmente as do Ensino Básico obrigatório a todos, que existe uma maior possibilidade de se afetar a atual realidade, na busca de rompimentos. Dessa forma, nos indagaremos sobre os processos educativos como ação de socialização e constituição da cidadania, somente viável partindo da práxis da aprendizagem, e não da mera transmissão de conhecimento.

2. A Educação e o conhecimento: compreendendo as relações de poder como subsídio teórico na configuração dos processos educativos

Assim é: os homens nascem sob o jugo, são criados na servidão, sem olharem para lá dela, limitam-se a viver tal como nasceram, nunca pensam ter outro direito nem outro bem senão o que encontraram ao nascer, aceitam como natural o estado que acharam à nascença.

(Etienne de La Boétie)

A escolha do pensamento de La Boétie se fez tendo em vista acreditarmos que cabe à produção, mas, sobretudo, à difusão do conhecimento, a partir das práticas educativas em seus diversos nuances, servir de subsídio no que se refere a mostrar aos homens que existem diversas realidades. Tal fato ocorre tendo em vista que não vivemos mais em um mundo guiado pelos direitos naturais. Não devemos considerar a desigualdade como natural, por isso, havemos de procurar demonstrar que mudanças são possíveis, contribuindo, assim, para a construção de outras realidades. Esse fato ocorre levando-se em conta a atual realidade, que também é uma construção histórica feita pelo Homem, sendo, portanto, viável uma nova constituição organizacional. A compreensão, o estudo do passado e das transformações se faz importante. Todavia, devemos ter claro que o passado por si só, sem um estudo e perguntas anteriormente elaboradas, não nos fornece soluções prontas para enfrentarmos problemas contemporâneos.

Consideramos que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada, uma vez que o pensar é capital precioso do indivíduo e da sociedade. Sendo que o papel da Educação, segundo Edgar Morin (2001), é favorecer a aptidão natural da mente, para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral.

Nesse aspecto, busca-se que tanto os profissionais da Educação, quanto os diferentes participantes dos diversos processos educativos, saibam identificar e trabalhar a partir da construção do conhecimento, percebendo-se como agentes de seu meio. Compreendemos que os distintos processos educativos podem contribuir para a construção da cidadania, como contribuem. Entretanto, devemos nos interrogar que tipos de cidadãos estão sendo formados.

Por outro lado, sendo a Educação um ato político, devemos aproveitar os processos educativos como práxis da ação cidadã. No entanto, nesse aspecto devemos ressaltar, sobretudo, a construção e difusão do conhecimento, para refletirmos sobre as relações de poder-saber que se constroem no plano discursivo. Criaremos, assim, espaço para a compreensão da relação de poder que permeia a sociedade. Não podemos defender uma mudança se não compreendermos o funcionamento do atual sistema, assim como não podemos lutar contra a dominação antes de tomarmos consciência que esta existe. Na sociedade hodierna, o discurso é ambíguo e pode ligar-se tanto a estratégias de dominação quanto de resistência. Nesse ponto, a Educação pode prestar-se a ambos os projetos. O discurso que torna possível o vínculo poder-saber, também o mina. Sem ser inerentemente nem fonte de dominação, nem fonte de resistência, a Educação não está nem fora do poder, nem circunscrita por ele, sendo mais como a própria arena da luta. Sendo as relações de poder dispersas e fragmentadas, qualquer prática é capaz de tornar-se fonte de resistência ou de repressão, o que nos estimula a sermos mais humildes e reflexivos na constituição dos diversos processos educativos.

Partindo das contribuições de Veiga-Neto (2005), podemos ponderar que, na visão foucaultiana, a verdade está saturada de poder e é internamente constitutiva da realidade, estando esse paradigma intimamente ligado à transformação dos sistemas de

conhecimento. À medida que as sociedades mudam, a análise profunda e crítica que fazem da relação Conhecimento-Poder também se transfigura. E é exatamente nesse contexto que em muitos momentos a produção do conhecimento funcionou e funciona como uma maquinaria para a produção do sujeito moderno numa sociedade disciplinar. Uma vez que a existência desta própria sociedade disciplinar está em crise, a posição dos profissionais da área da Educação parece cada vez mais problemática, pois eles devem buscar responder a novos questionamentos. Tais deslocamentos são da maior importância para compreender não apenas as mudanças na produção e difusão do conhecimento, mas também o seu próprio futuro. A Educação deve se inquietar profundamente com o que nos sucede hoje. Dessa forma, deve buscar explorar a genealogia dos grandes temas constituintes do homem, através de práticas sociais em sua descontinuidade histórica, mergulhadas em relações de poder, produzidas discursivamente e ao mesmo tempo produtoras de discursos e de saberes.

Nesse ponto, cabe ao profissional da Educação trabalhar em pesquisas que busquem os motivos e a configuração dessas relações, oferecendo alternativas às sociedades para a ruptura desses processos. Acreditamos que uma sociedade permeada por focos de poder onde não se objetiva a inclusão dos não cidadãos, e sim a briga pelos grupos dominantes pelo domínio, não é válida na atualidade. Aos educadores não cabe o papel de legitimar práticas de dominação e de exclusão. Para percebermos a configuração de poder na sociedade hodierna, podemos nos basear nas ideais postas na obra de Michael Hardt e Antonio Negri (2006), que tem por objetivo analisar a atual organização das sociedades. Assim os autores discorrem sobre os diversos aspectos na busca de sua compreensão. Hardt e Negri buscam uma análise sobre a atual conjuntura internacional no que tange à relação de poder. Para tanto, os autores trabalham, sobretudo, um viés filosófico, refletindo sobre as práticas sociais e econômicas da sociedade contemporânea e repensando-as. Para sustentar sua tese, Hardt e Negri revisam os teóricos clássicos que tratam da conjuntura social do globo. A princípio, os autores quebram com diversos conceitos pré-fabricados no meio acadêmico, o que gera um grande desconforto no mesmo.

A priori Hardt e Negri nos oferecem grande subsídio quando concatenam que na ordem mundial atual existe certa mobilidade da população, porém, uma mobilidade controlada. Isto é, a cidadania pode ser

alcançada por todos na teoria, mas na prática apenas alguns poucos conseguem romper com o *status quo*. O termo “multidão” na visão dos autores refere-se, sobretudo, à parcela da população socialmente oprimida, que aqui chamamos de não cidadãos. Todavia, há de se destacar que mesmo essa parcela oprimida não está excluída do Império, uma vez que toda a população mundial está inserida nesta ordem, sendo de vital importância para a manutenção da mesma. Assim, percebemos que a dicotomia cidadão/não cidadão, presente desde a Grécia arcaica, serve como legitimadora dos sistemas de dominação.

A reificação das relações sociais e a prioridade da formação educativa do homem para o trabalho levam a questionar a própria função do educador e a relação que este estabelece com o educando, pois os vínculos estabelecidos nessa lógica configuram-se como ligações econômicas ou de consumo. Diante das atuais crises de concepções e de paradigmas nos campos científicos, culturais e sociais, é tempo de construir, experimentar e implementar processos novos, que possibilitem o desenvolvimento de tendências humanistas universais. Devemos priorizar a emancipação dos indivíduos para a consolidação de uma sociedade de respeito e de compromisso social e ético com a dignidade da vida de todos.

É acreditando nesse ponto de vista, e trabalhando em prol de uma resignificação conjugada com a revisão de conceitos e categorias há muito discutidas, que acreditamos ser possível, na atual conjuntura global, formar e pensar formas de resistência e modelos alternativos. Buscamos, a partir daí, abarcar o campo social. O desconforto presente faz parte e se faz necessário para que, partindo da desacomodação, possamos refletir sobre a constante produção do conhecimento, construindo e reconstruindo saberes. Conhecimento que deve ter como objetivo primordial a busca pela melhoria da qualidade de vida, sobretudo no que tange à parcela da população que, mesmo inserida no atual sistema, não conta com uma real representatividade em suas decisões.

Boaventura Sousa Santos afirma em uma conferência no III Fórum Social Mundial que: “Devemos lutar pela igualdade quando a diferença nos inferioriza, e lutar pela diferença quando a igualdade nos descaracteriza.” Por isso, os diferentes grupos sociais têm condições de buscar seu espaço na configuração social atual se adotarem uma forma específica de organização global, que é a “posse”. Destarte:

Para desafiar o Império e resistir a ele e a seu mercado mundial é necessário propor uma alternativa em nível igualmente global. Qualquer proposta de comunidade particular isolada definida em termos raciais, religiosos ou regionais, desvinculada do Império, protegida de seus poderes por fronteiras fixas, está destinada a acabar como uma espécie de gueto. Não se pode resistir ao Império com um projeto que visa a uma autonomia limitada e local. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 226)

Assim, ao pensar o conhecimento, devemos pensar que o acesso a este deve ser condição para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Cremos ser impossível pensar em melhora na qualidade de vida da população nas atuais circunstâncias, onde esta qualidade está alicerçada na exclusão de uma parcela significativa da população. Dessa forma, defendemos que esse é um papel da academia, que deve buscar refletir essa reconfiguração nos diversos processos educativos, não apenas nas práticas escolares. Pois só dessa forma será viável oferecer ferramentas políticas, ideológicas e culturais na busca da ruptura em termos de exclusão. Por isso, cabe ao profissional da área da Educação ajudar na constituição da percepção das redes de poder que permeiam a sociedade contemporânea.

3. Os processos educativos como prática de socialização e constituição da cidadania

Defendemos, partindo da busca pela compreensão das diversas redes de poder que se apresentam na sociedade contemporânea, que os profissionais da área da Educação devem pautar suas atuações focando-se não apenas nas práticas escolares, mas oferecendo subsídios aos diversos produtores de práticas educativas. Nesse processo de produção e difusão do conhecimento, devemos nos questionar a que, e a quem, serve(m) nosso conhecimento. Destacamos esse aspecto partindo da análise feita anteriormente, na qual se pode notar que, em diversos momentos, acreditamos que nossa produção intelectual possa servir a determinados objetivos, quando na realidade são utilizados para legitimar práticas de exclusão.

Dentro desse pensamento, a consciência do “*ser cidadão*” contribui para melhorar significativamente a vida em sociedade. Partindo dessas premissas, per-

cebemos que a sociedade que toma consciência de si atinge grau de independência satisfatório para fazer as suas opções. Nesse ponto, a importância da difusão paritária do conhecimento através dos processos educativos, principalmente no que diz respeito às práticas escolares, se justifica através da possibilidade concreta de instigar o senso crítico e o autoconhecimento.

Pela contribuição que o saber tem na formação da consciência crítica dos educandos, é que as diversas formas de ensinar envolvem o reconhecimento de conceitos como ideologia, luta de classes, dominação e cidadania. Lançar luzes sobre como o ensino pode contribuir para a manutenção da dominação ou, ao contrário, como pode alavancar situações de resistência à dominação, é tarefa fundamental de todos os processos educativos, sejam eles na escola, na família, na sociedade, na religião, ou nos inúmeros meios que se apresentam com essa finalidade.

Entendemos que a Educação é um olhar que promove o desvelamento no caráter científico e pessoal ao redor da complexidade acadêmica que vivemos hoje. A partir das experiências educativas, existe a possibilidade concreta de desenvolvermos a articulação do tempo histórico, das heranças dos sujeitos em um processo sistêmico. Assim, torna-se possível vivenciar o processo de formação de cidadãos capazes de refletir e enfrentar as dificuldades, além de serem críticos em relação à sociedade na qual estão inseridos. Dessa forma, esses mesmos cidadãos buscariam se conscientizar de seus direitos, e do porquê de seus deveres, frente aos outros agentes sociais.

Os processos educativos necessitam ser constituídos a partir da formação de um coletivo de investigadores sobre a história, suas temáticas, seus problemas. Defendemos que a práxis da cidadania envolve ambos os agentes. A Educação se presta, assim, à defesa da liberdade, da autonomia e em última instância da cidadania. Por se ocupar e se preocupar com esse quesito, está constantemente sendo repensada a sua prática. Esse aspecto deve ser levantado, uma vez que ensinar significa uma maneira de organizar as atividades para que os educandos apreendam e produzam conhecimentos. O ensino é caracterizado como uma ação que envolve a organização e diretividade do educador. É um processo de caráter sistemático, intencional e flexível, visando à obtenção de determinados resultados, conhecimentos, agilidades intelectuais e psicomotoras, ou seja, atitude. Ao educador compete preparar, dirigir, acompanhar

e avaliar o processo de ensino, tendo em vista estimular e suscitar atividade própria dos alunos para a aprendizagem. Acrescente-se que a tarefa principal e mais complexa do educador é garantir a unidade entre relações: ensino e aprendizagem, ensino e pesquisa, conteúdo e forma, educando e educador, teoria e prática, escola e sociedade, finalidades e objetivos. Dessa forma, o educador busca a participação e a articulação de todos os alunos, contribuindo para que eles compreendam as relações existentes entre educação e sociedade e encarem crítica e criativamente os problemas enfrentados no dia-a-dia.

Os processos educacionais devem cumprir um papel social, não apenas buscando a inserção no mercado de trabalho, mas, além disto, possibilitando um olhar crítico perante os acontecimentos do cotidiano. Há muito se objetiva uma educação que possibilite o crescimento intelectual, moral, ético, e crítico de ambos os agentes. Por isso a importância de que os educadores se identifiquem e trabalhem a partir da construção do conhecimento, percebendo-se como agentes de seu meio. Esse é outro ponto que deve pairar quando discutimos os processos educativos. Tal fato ocorre, pois compreendemos que a Educação pode contribuir para a construção da cidadania, como de fato contribui. Entretanto, devemos nos interrogar que tipo de cidadão se busca formar, e que tipo de influência e de construção esses novos profissionais estão desenvolvendo. Ao nos indagamos sobre os processos educativos como processo de socialização, percebemos que ela só será viável partindo da práxis da aprendizagem, e não da mera transmissão de conhecimento. Discutir conceitos em termos eruditos, sem que os mesmos possam trazer contribuições no repensar a realidade, não é válido. Assim como defende Raúl Iturra (1994) “A cultura erudita é resultado da experimentação e, por meio dos textos em que se guarda o saber, é entregue às gerações de crianças e jovens como uma verdade, contra a sua argumentação”, o que deve ser evitado em todos os processos educativos. Pois, como diria Fernando Brant: “A lição sabemos de cor. Só nos resta aprender.”

4. As práticas escolares como práxis da cidadania

A partir das discussões levantadas anteriormente, acabamos nos indagando qual o papel das unidades

escolares no contexto de socialização e constituição de cidadãos na sociedade contemporânea permeada por focos de poder dispersos. Nesse ponto, concordamos com Scriptori (2008, p. 12) quando ela afirma que:

A escola, como instituição que tem por finalidade promover a educação em nível formal, tanto pode contemplar uma educação voltada para uma transformação dos educandos – promovendo sua autonomia –, como pode praticar uma educação para a manutenção do *status quo*, promovendo o conformismo e a submissão ao que se estabeleceu nas gerações anteriores.

Por esse motivo, se faz de suma importância que “o educador para poder cumprir seu papel social deve de antemão reconhecer o meio social ao qual seus educandos estão inseridos”. (MARTINS; SOSA, 2007, p. 127). Consideramos, nesse aspecto, ser papel do profissional da área da Educação promover a ruptura. Entretanto, promover ruptura simplesmente, sem buscar novas alternativas viáveis, não é válido. Aí cabe a discussão sobre a organização da sociedade, em busca de um caminho possível. As temáticas enfocadas em sala de aula devem estar voltadas à ação humana em sintonia com a atividade escolar, realizando um diálogo em torno do contexto histórico e do papel do aluno enquanto cidadão e agente de seu tempo. Prática essa indispensável aos futuros educadores que buscam não apenas preparar seus educandos para o “mercado” de trabalho ou para o vestibular, mas sim para a vida em sociedade.

Reduzimos, em grande medida, as práticas escolares ao esquema: professores que transmitem informações (a título de conteúdos disciplinares), verificam a capacidade de reprodução destas informações (nas avaliações de aprendizagem), formam no transcorrer dos anos de escola sujeitos aptos a cumprir ordens e executar tarefas, preparados para o mercado de trabalho (como mercadorias em liquidação). (CUNHA; DANI, 2008, p. 247-8).

Contudo, devemos perceber o processo educativo em sala de aula como algo mais do que o preparo de mão de obra especializada, pensando, nesse aspecto, o processo educacional como uma revolução, porém não em sentido macro, e sim em sentido micro, atingindo a cada um dos nossos alunos. É a partir da percepção individual de ruptura, que ocorrerão as mudanças e a conscientização, posto que:

[...] a “revolução” por uma sociedade melhor passa pela revolução nas subjetividades das pessoas. Um dos níveis dessa revolução está na possibilidade de o homem contemporâneo romper cotidianamente com as trevas da alienação (e uma delas seria o consumismo no sentido amplo). (COVRE, 2001, p. 64)

Há de se considerar que ensinar significa organizar atividades para que o educando aprenda e produza conhecimentos. Dessa forma, há de se adotar uma metodologia de caráter sistemático, assim ambos os agentes devem perceber-se como agentes históricos, produtores de realidade e, por isso, de mudanças. É papel da Educação demonstrar que os processos históricos são produção coletivas, e não individuais. Por isso:

[...] ao excluírem e simplificarem o conhecimento histórico escolar a idéia a ser projetada nos alunos é: vocês não fazem história, nós não fazemos história. A história é feita por e para alguns, que não somos nós, são outros e são poucos. (FONSECA, 1997 p. 15).

O que desprezamos, por acreditar que a transformação é direito de todos, e que delegarmos rupturas importantes a fatos isolados é desqualificar e simplificar o processo histórico. É esse tipo de pensamento que acaba por muitas vezes legitimando a apatia, por fazer acreditar que, não pertencendo ao grupo dos donos do poder, nada se pode fazer. Discordamos de tais fatos, como exposto anteriormente, porque acreditamos ser o poder multifacetado e constituído por cada um de nós. Como indagaria La Boétie (1987, p.7): “Que poder tem ele sobre vós que de vós não venha?” Assim, devemos construir condições para quebrar com o conceito de uma sociedade onde a cidadania “[...] é uma cidadania de não-sujeitos de seres passivos, de conformismo com a sociedade [...]”. (COVRE, 2001, p. 72).

Todavia, ao longo de nossos escritos discutimos muito a questão de direitos imanente no conceito de cidadania. Contudo, para quebrar com a passividade no intuito de buscar quebrar com o conformismo, é necessário ter em mente os deveres. Ao sujeito passivo, acomodado, conformista, muitos direitos lhe são usurpados, porém muitos deveres não recaem sobre ele. Assim ocorre na sociedade hodierna um fenômeno no qual alguns sujeitos – mesmo podendo participar de diferentes processos educativos, sejam eles institucionalizados ou não, com o objetivo de se inserirem

praticamente no meio social – preferem viver à margem da sociedade em termos de decisões, delegando o planejamento social a outrem. Discordamos que esse seja o melhor caminho, pois a liberdade nesse contexto acaba se tornando restrita, sendo que a dominação e a exploração podem mais facilmente se mostrar presentes. Assim, cabe constituir um senso de participação, e não reproduzir o corriqueiro nos dias atuais, dentro do qual as “(...) horas vagas de muitos trabalhadores, são gastas em consumir, negligenciando-se o debate público, o exercício prático da cidadania.” (Ibidem). Vivemos numa sociedade guiada pelo consumismo, porém se todo o tempo livre for dedicado a isso, o espaço público se esvazia.

Encontramos na idéia de cidadania uma representação de uma expectativa civilizatória [...] É nesse sentido que, na atualidade, aquelas noções de cidadania herdadas do pensamento filosófico grego clássico, que nos fala sobre cidadania como determinadas formas de participação política, por exemplo, embora ainda sejam capaz de informar nossa concepção de cidadania, não dão conta de preencher todo o espaço de significados que aquele conceito ocupa no pensamento ocidental contemporâneo, particularmente nas sociedades industrializadas. (GARCIA, 2008, p. 68-9).

O respeito mútuo, o espaço de participação, o reconhecimento da própria história devem ser buscados nos processos educativos criados pelas comunidades. Nesse sentido, percebemos que a democracia abrange responsabilidade, pois não delego a outrem o destino da minha vida. A liberdade, ao mesmo tempo em que me possibilita alcançar objetivos mais longínquos, crescer e buscar de forma constante o aperfeiçoamento, não me possibilita que o outro me conceda, me doe essas conquistas. O indivíduo deve contar com o apoio de outros sujeitos no seu crescimento – e é esse o papel do professor –, contudo, ninguém poderá conceder suas conquistas, apenas auxiliá-lo. Isto posto que:

[...] na escola, a cidadania, enquanto aprendizagem e exercício social afetivo, precisa se referir, por exemplo, não somente ao acesso a diversas formas de conhecimento, mas também a uma prática social de respeito, de igualdade, de dignidade e de participação.” (Ibidem, p.70).

Com isso, é papel do educador apresentar uma realidade onde o sujeito deve se perceber “como cidadão consciente de seus direitos e deveres, que o

indivíduo intervém na sociedade, desenvolvendo sua consciência crítica, como sujeito produtor e transformador que se impõe na realidade.” (ROBINSON, 1998, p.14).

Desse modo, percebemos que o processo de formação do sujeito nem sempre é fácil, ocorrendo diversos conflitos. Esse tipo de conflito ocorre, sobretudo, pela existência de choque de interesses. Por isso, a formação dos cidadãos deve estar baseada na criticidade.

Na escola, quando em sintonia com as transformações sociais, os avanços na noção de cidadania deveriam solicitar avanços nas concepções e práticas de educação, entendida também como lugar de formação indissociáveis de um exercício da cidadania. (GARCIA, 2008, p. 69).

5. Conclusões preliminares

A educação é vista como um processo de humanização, que se dá ao longo de toda a vida, em sociedade. (BRANDÃO, 1984). Sociedade esta que deve ter como objetivo formar cidadãos, o que só ocorrerá com a harmonização dos múltiplos ambientes de ensino. Daí decorre o papel dos processos educativos, fazendo-se necessária a inserção de discussões a respeito de práticas cotidianas.

No entanto o ensino atual, como fonte formadora de cidadania, nem sempre tem contribuído para que esse processo se realize plenamente. Geralmente, as práticas educacionais oferecidas são descontextualizadas, desenvolvendo um ensino acrítico e excludente. Esse ensino não apresenta políticas concretas, realmente transformadoras e que sejam assumidas conscientemente pelos educadores. (ROBINSON, 1998, p. 15).

Cabe, a partir do desenvolvimento e da articulação dos saberes, provocar e ser provocado, gerando-se assim impaciência, questionamentos e levando os sujeitos participantes dos processos educativos à busca de resposta para seus anseios, assim como à percepção do funcionamento das relações de opressão, de antidemocracia, de exclusão, pautadas no dia-a-dia. A escola como fonte de formação que se baseia principalmente no projeto burguês de formação de mão de obra é um grande exemplo que pode ser discutido como ambiente de prática cidadã e inserção, ou, pelo

contrário, de exclusão de legitimação do poder. Antes de por em pauta os direitos, cabe ao educador discutir o motivo de cada um dos deveres, se são justos e o que os transformam em justos e a razão de sua existência, para só assim percebermos que os direitos na verdade são conquistas e que, mesmo sendo livres, nossa liberdade é regulada. Somente então poderemos questionar o motivo dessa regulamentação. A partir daí, será possível denotar que muitos deveres sem sentido para os educandos na verdade são indispensáveis para a garantia do direito de outros – da mesma forma que muitos deveres às vezes impostos são sem sentido, não passando de regras que expressam tão-somente a vontade individual de alguns. Propomos esse tipo de reflexão, uma vez que “normalmente nos preocupamos com nossos direitos apenas quando estes são desrespeitados e ao exigirmos o cumprimento deles, fazemos como reivindicação individual e sem interesse para o restante da população.” (BRUM, 2001, p. 6). Nesse aspecto, devemos compreender o conjunto de regras como algo coletivo, algo mais do que o bem de cada um.

Todavia, o bem comum não deve servir como justificativa para a não existência do bem individual para nenhum sujeito. No entanto, o sujeito, para perceber tais configurações, necessita de um arcabouço intelectual, pois:

No momento em que o indivíduo se descobre como autônomo construtor de si mesmo, a partir de sua razão, inteligência e experiência, ele se firmará como ser que cria e recria o mundo e saberá se autodeterminar, agindo com segurança no meio em que vive. (ROBINSON, 1998, p. 21).

Assim, podemos perceber que, sendo as práticas educativas um espaço de convivência de todos, acabam por contribuir de maneira significativa na configuração das identidades dos sujeitos. Portanto, cabe ao profissional da Educação se preocupar com suas intervenções, buscando refletir sobre as mesmas e tendo claro que suas práticas são decisivas para o processo de socialização e constituição da cidadania, uma vez que suas relações compreendem um número elevado de sujeitos. Dessa forma, compreendemos que os processos educativos funcionam como uma das tantas ferramentas que devem estar disponíveis aos sujeitos na conquista da cidadania, servindo como problematizadora das relações de poder na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- COVRE, Maria. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **A educação como cultura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- CUNHA, Jorge Luiz da; DANI, Lucia Salete Celich. (Org). **Escola, conflito e violência.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.
- FONSECA, Selva. O Ensino de história e a construção da cidadania. In: SEFFER, Fernando. **Qual história? Qual ensino? Qual cidadania?** Porto Alegre: ANPUH, Ed. Unisinos, 1997.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** 8 ed. São Paulo: Record, 2006.
- ITURRA, Raúl. O processo educativo: ensino ou aprendizagem? In: STOER, Stephen. **Revista Educação Sociedade & Culturas**, n.1. CIIE/Edições Afrontamento, 1994.
- LÁ BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Everton B.; SOSA, Derocina A. A inserção cidadã no ambiente escolar: o ensino de história pensando práticas interdisciplinares. **Revista Didática Sistemica.** v.6, p.124-133jun./dez., 2007. (on line).
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- ROBINSON, Marineida. **Ação do orientador educacional na construção da cidadania do aluno.** Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & Educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.